

Ata 03/2026 – Ao primeiro dia do mês de abril do ano de dois mil e vinte e seis, às oito horas e trinta minutos, na sala de reuniões da Cozinha Social, situada na Avenida Maripá, nº 7001 - Jardim Filadelfia, em Toledo-Paraná, reuniram-se os membros do **Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS)**, de forma presencial, para realização da **Reunião Ordinária**, contando com a presença dos/as conselheiros/as da Gestão 2024-2026 descritos na lista de presença que é parte integrante desta ata. Dando início à reunião a Presidente deste Conselho, Simone Beatriz Ferrari cumprimenta e agradece a presença de todos e já solicita se há alguma inclusão ou exclusão de pontos de pauta e, não havendo, ela apresenta a ordem do dia, nos termos do Edital de Convocação nº 01/2026, publicado no Diário Oficial Eletrônico do Município de Toledo, no dia 25 de março do ano de dois mil e vinte e seis, Edição 4.693, Página 38, contendo os seguintes pontos de **PAUTA**: **a)** Deliberar sobre a ata nº 02/2026 do CMAS; **b)** Apresentação pela Superintende do CIASOP com informações quanto à implantação da Casa Abrigo para Mulheres regionalizada; **c)** Apresentação sobre o parecer do Conselho no Sistema Agiliza SUAS, Exercícios 2024 e 2025; **d)** Deliberar pela aprovação do Plano de Ação Intersetorial da Comissão Municipal Intersetorial do Programa Bolsa Família; **e)** Deliberar pelo Edital 04/2026 que regulamentará o processo de Eleição dos Representantes da Sociedade Civil no CMAS para a Gestão 2026-2028; **f)** Deliberar pela prorrogação do registro junto ao CMAS dos Serviços e Entidades do SUAS; **g)** Relatos e Deliberações das Comissões de Trabalho do CMAS: Comissão Técnica; Comissão de fiscalização; Comissão de Orçamento; Comissão de Acompanhamento da Deliberações da Conferência Municipal de Assistência Social. **INFORMES**: **a)** Informes da SMAS; **b)** Relato das Comissões externas e representações; **c)** Correspondências recebidas e expedidas; **d)** Outros informes. Colocada a pauta em votação a mesma é aprovada pelos conselheiros presentes. Iniciando com o **Item A da pauta – Deliberar sobre a ata nº 02/2026 do CMAS**: a Presidente pergunta se houve apontamentos ao teor da ata que foi enviada previamente aos conselheiros, ao que a Secretária do CMAS informa não ter recebido nenhuma solicitação de correção, pelo que a mesma é colocada em votação, sendo aprovada pelos conselheiros. **Item B da pauta – Apresentação pela Superintende do CIASOP com informações quanto à implantação da Casa Abrigo para Mulheres regionalizada**: A Presidente Simone recorda a todos que conforme deliberado na última reunião, ficou definido que antes dela mesma na condição de Secretária da SMAS trazer informações acerca da Casa Abrigo para Mulheres regionalizada, que a Superintendente do CIASOP fosse convidada a trazer as informações, momento em que ela passa a palavra para a Sra. Juliana Maria Spessato, Superintendente do Consórcio Intermunicipal de Assistência Social do Oeste do Paraná que se apresenta dizendo estar Superintendente do CIASOP, sendo Psicóloga por formação, estando acompanhada pela Dra. Fabíola Maroso da Assessoria Jurídica do CIASOP e, antes de qualquer fala, apresenta um vídeo com imagens internas da Casa Abrigo que já conta com mobiliários e equipamentos. Após a exibição do vídeo, a Presidente Simone, na condição de Secretária da SMAS, considera importante dizer que as imagens da casa já mostram o quanto já se realizou, mas que há muitas etapas ainda a serem percorridas, tais como a organização documental final em relação aos municípios nos processos de acesso à Casa pelas mulheres, que seguirão protocolos de ampla discussão e avaliação em seus municípios, semelhantes aos procedimentos de acolhimentos de crianças, adolescentes e idosos e até com maior rigor por se tratarem de situações mais complexas. Com a palavra a Superintendente Juliana

47 começa dizendo que embora os números não confirmem isso, seu desejo é ver a Casa
48 Abrigo vazia, podendo a casa ser utilizada para capacitações ou outros movimentos.
49 Porém uma vez que não é essa realidade, pretende-se ofertar o melhor trabalho para as
50 mulheres que vierem ser acolhidas, incluindo seus dependentes, de forma que consignam
51 se restaurar para recomeçar com outras perspectivas. Para tanto vários projetos e
52 capacitações que se pretende desenvolver na Casa Abrigo já estão sendo desenvolvidos.
53 Juliana informa que na fase atual da Casa Abrigo ela se encontra mobiliada, contando
54 com um veículo adquirido com os recursos dos pagamentos dos 33 municípios que já
55 aderiram, havendo outros interessados em aderir, o que está sob avaliação, visto que há
56 uma limitação de vagas de acolhimento. Ela informa que neste dia 1º de abril de 2026
57 estão sendo convocados os aprovados em concurso público para atuarem na Casa, os
58 quais terão que ser capacitados considerando suas experiências anteriores, se já as tem.
59 Também se faz necessário ainda alinhar com todos os municípios para entender quais os
60 programas que cada um desenvolve para que a Casa do CIASOP seja o último recurso,
61 evitando que filhos em idade escolar dessas mulheres fiquem de um a três meses fora de
62 seu município. Em relação à estrutura física ela cita que já foram tomadas as providências
63 de segurança da casa, tais como cerca elétrica e monitoramento por câmeras. Fazendo
64 uso da palavra a Secretária Simone da SMAS faz questão de dizer que para pessoas que
65 não tem habilidade com documentos podem supor que ao se informar a criação do
66 CIASOP o serviço já estaria viabilizado para iniciar os atendimentos, sendo que somente a
67 partir dali é que começou a formular o estatuto e definição, com base nas normativas da
68 Assistência Social e da Saúde, das regras a serem seguidas por todos os municípios
69 dentro de suas complexidades, visto que sendo um consórcio os municípios que aderiram
70 terão que pagar sua cota, independente se utilizarão ou não alguma vaga da Casa Abrigo.
71 Simone destaca que tudo precisou ser construído, o que demandou viagens dos
72 envolvidos que inicialmente foram suportadas por seus municípios, até que o próprio
73 consórcio tivesse os recursos próprios advindos do pagamento de sua cota, o que permitiu
74 a locação da Casa, aquisição dos móveis e um caixa financeiro para a execução das
75 despesas de locação, água, luz, combustível e folha de pagamento dos recursos humanos
76 que estão sendo convocados, o que irá aumentar substancialmente a fatura para os
77 municípios. Simone evidencia que todo o processo não é simples, tanto que já se
78 passaram mais de dois anos para se chegar ao momento atual, com os registros no
79 Estado, Tribunal de Contas, na Receita Federal, além do descrédito de que sairia do
80 papel. Vencidas essas dificuldades, Simone informa que talvez em dois meses a Casa
81 Abrigo esteja iniciando suas atividades. Se referindo ao Concurso Público do CIASOP
82 cujos salários foram considerados baixos, Simone esclarece que quando da criação do
83 CIASOP já foi necessário constar uma previsão de quadro de pessoal e quais profissionais
84 deveriam ser contratados, tomando por base uma média salarial da região, o que ficou
85 registrado em um documento principal, não podendo esses valores serem corrigidos para
86 a publicação do Edital do Concurso Público. Considerando a finalização das etapas de
87 classificação e preenchimento parcial das vagas, com as devidas justificativas de não
88 inscritos em razão do baixo salário, Simone informa que não havendo base legal para um
89 Processo Seletivo Simplificado ou contratação fora de concurso, de maneira a permitir o
90 funcionamento do serviço, uma assembleia com os municípios consorciados terá que ser
91 convocada, para expor a necessidade de alteração do Estatuto e do valor da cota que
92 cada município paga e novo Concurso seja aberto. Se referindo ao projeto da casa nova, o

93 mesmo já está quase finalizado e na sequência o Estado já deve emitir a autorização para
94 o Município de Toledo licitar. Em relação a esse ponto, Simone explica que inicialmente o
95 município de Toledo havia doado o terreno para o CIASOP, estando os trâmites ocorrendo
96 no final do ano de 2024 e, não tendo havido tempo hábil para finalização, ficaram para ter
97 sequência no início de 2025. No entanto, nesse ínterim, em diálogo com a Secretária de
98 Estado da Mulher e da Igualdade Racial, Leandre Dal Ponte, surgiu a oferta do Estado de
99 disponibilizar os recursos para a construção, porém havia um entrave que o Estado não
100 tinha uma rubrica que permitisse o repasse dos recursos para um consórcio. Em razão
101 disso, optou-se em interromper a doação do terreno pelo Município de Toledo para o
102 CIASOP, permanecendo sob sua responsabilidade, de forma a viabilizar o repasse do
103 recurso pelo Estado para construção da casa. Em contrapartida a esse financiamento do
104 projeto pelo Estado, e devido que Toledo já estava com o projeto pronto e estatuto do
105 CIASOP elaborado, foi proposta uma permuta onde ficou acordado que Toledo
106 disponibilizará esse modelo para que o Estado possa implantá-lo em outras regiões. Com
107 a palavra a Superintendente do CIASOP Juliana informa que em relação à casa locada
108 para início dos atendimentos, a mesma contempla espaço para 20 camas + uma cama
109 para dependente, com um valor de locação de R\$ 14.000,00 (quatorze mil reais) que é
110 dividido entre os 33 municípios consorciados. Aberto espaço para esclarecimentos, a
111 conselheira Thais Aguiane Veiga Janelo Guintalia pergunta sobre a composição atual da
112 equipe que prestará atendimento na Casa Abrigo, ao que Juliana informa que no momento
113 a mesma está composta por ela própria Superintendente, a Assessora Jurídica Dra.
114 Fabíola Maroso e Tamara Zanella do Controle Interno e, conforme já informado no início
115 da apresentação, nesta data foram convocados os aprovados no Concurso Público para
116 os cargos de Contador, Auxiliar Administrativo (que vai ser treinado para entender a
117 questão de sistema, folha de pagamento, rateio e outros serviços administrativos). No que
118 se refere ao serviço de acolhimento da Casa Abrigo, também assumindo nesta data, uma
119 Psicóloga, um Assistente Social e dois Educadores Sociais. Para a função de
120 Coordenador/a, que foi solicitado que tivessem formação em Serviço Social ou Psicologia,
121 de dois candidatos aprovados a primeira colocada já formalizou a renúncia em virtude da
122 questão salarial, sendo que o segundo colocado será convocado quando a organização da
123 Casa já estiver finalizada para início dos atendimentos. Considerando que foram
124 chamados quatro educadores sociais e apenas dois assumiram, nova convocação será
125 feita para as duas vagas em aberto. Também será convocado um motorista,
126 permanecendo como cadastro de reserva uma vaga de advogado e um de Assistente
127 Administrativo para atendimento na Recepção. Há vagas não preenchidas, por não terem
128 classificados para a função, de zeladora e cozinheira, havendo classificada para a vaga de
129 serviços gerais. Usando a palavra a Secretária Simone destaca que para todas as
130 atividades que serão desenvolvidas na Casa Abrigo estão sendo criados os fluxos de
131 atendimento para cada uma dessas funções, por se tratar de uma instituição que está
132 iniciando do zero, devendo o gerenciamento de tudo isso ser feito de forma cautelosa,
133 uma vez que os municípios consorciados que pagam por esses serviços querem a
134 prestação de contas da aplicação dos valores pagos. Tanto Simone como Juliana
135 enfatizam que tudo está sendo encaminhado, porém muitas barreiras se impõem,
136 justamente por ser algo novo. Abordando o número de vagas a serem disponibilizadas,
137 que para a Casa Abrigo locada serão 20 vagas e na casa anova serão 40 vagas, a
138 conselheira Edmara de Souza pergunta como será a distribuição de vagas para o

Município de Toledo, ao que a Secretária da SMAS informa que isso ainda está sendo estudado e avaliado uma vez que o número de vagas da casa locada é menor que o número de municípios consorciados, lembrando que diferente do CISOP que tem um número de consultas e exames de acordo com o número de cotas, os municípios não tem a garantia de ter vaga disponível ao pagar a sua cota, o que hipoteticamente deve ser solucionado quando a casa nova estiver funcionando, com 40 vagas. Nesse diálogo a Superintendente Juliana observa que para os municípios já integrantes, assim como aqueles que tem manifestado interesse em aderir, o CIASOP deve ser entendido como um serviço que se paga independente se irá utilizar ou não. Ela enfatiza também que quando se fizer uma alteração do estatuto, já se prevê incluir que municípios que desejarem sair do consórcio deverão cumprir um aviso prévio de seis meses, visto que já haverá uma previsão de gastos com as despesas correntes de manutenção do serviço e de folha de pagamento, que precisarão ser cumpridas, independentes do número de municípios participantes. Finalizando a apresentação, Simone diz ter plena convicção de que a Casa Abrigo para Mulheres vai funcionar, embora haja muitas questões para lidar, muitas dúvidas, muitas barreiras, mas que serão enfrentadas, com o envolvimento dos municípios no tratamento das situações de violência em seus territórios antes de encaminhá-las para acolhimento na Casa Abrigo regionalizada. Sendo um tema que demanda muitas discussões, por ora a Presidente do CMAS agradece a vinda da Juliana e Fabíola para trazer as informações. Juliana também agradece e se coloca a disposição deste Conselho, esperando trazer boas notícias a respeito do funcionamento da Casa Abrigo para Mulheres regionalizada.

Item C da pauta – Apresentação sobre o parecer do Conselho no Sistema Agiliza SUAS, Exercícios 2024 e 2025. Introduzindo o assunto a Presidente do CMAS relembra que o Sistema Agiliza SUAS é um novo sistema implantado pelo MDS onde se encontram as informações tanto de prestações de contas quanto de controle, no qual o Conselho, conforme necessário, precisa incluir o seu parecer. Cabendo a apresentação do item C a Diretora de Gestão do SUAS complementa recordando que anualmente este Conselho aprovava o Demonstrativo Sintético que veio a ser substituído com a implementação do BB Ágil e do Agiliza SUAS. Falando especificamente do parecer que o CMAS deve incluir no sistema, Cínthia apresenta as perguntas do questionário a ser respondido em relação às prestações de contas dos exercícios de 2024 e 2025, o qual já foi previamente preenchido em reunião da Mesa Diretora, sendo que respondidas todas as questões, por deliberação final, o Conselho assinala seu parecer como favorável, favorável com ressalvas ou desfavorável. Aberto espaço para eventuais esclarecimentos e, não havendo, o questionário do parecer com suas respectivas respostas e aprovado pelos presentes. Dando sequência, para apresentar o **Item D da pauta – Deliberar pela aprovação do Plano de Ação Intersectorial da Comissão Municipal Intersectorial do Programa Bolsa Família**, a Presidente Simone passa a palavra para a Coordenadora do Programa Bolsa Família e Benefícios Socioassistenciais, Franciele de Souza, que recorda que o Programa Bolsa Família depende da formação de uma comissão intersectorial, a qual é constituída por membros das secretarias da Saúde, Educação e Assistência Social, oficializada pela Portaria municipal nº 423 de 16 de junho de 2025, modificada pela Portaria nº 539 de 4 de agosto de 2025. A finalidade da comissão é melhorar o acompanhamento das condicionalidades do Programa Bolsa Família, cabendo à área da Saúde acompanhar a vacinação e estado nutricional (peso e altura) de crianças com idade de 0 (zero) a 7 (sete) anos incompletos e acompanhar a agenda em saúde de mulheres e

gestantes. Na área da educação compete acompanhar a matrícula e frequência escolar de, no mínimo de 60% (sessenta por cento) de crianças com idades de 4 (quatro) a 6 (seis) anos incompletos e a matrícula e frequência escolar de, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) de crianças e adolescentes de 6 (seis) a 18 (dezoito) anos incompletos que não tenham concluído a educação básica. Para a área da Assistência Social compete a atualização do Cadastro Único e o acompanhamento das famílias em não cumprimento das condicionalidades. Importa dizer que os efeitos decorrentes do não cumprimento das condicionalidades do PBF são gradativos e aplicados de acordo com os não cumprimentos identificados no histórico da família. Franciele informa que quando a família não cumpre uma condicionalidade ela irá receber um alerta, o qual é informado pelo extrato do Bolsa Família e, permanecendo o não cumprimento da condicionalidade apontada há um bloqueio do benefício, podendo receber no mês seguinte se devidamente regularizado, porém continuando o não cumprimento e não tendo havido uma intervenção de um profissional, a família recebe a suspensão do benefício por dois meses, não podendo receber os valores referentes a esse período. Recebendo nova suspensão o benefício permanece suspenso por mais dois meses e após esse período o benefício é cancelado. Falando do público para acompanhamento no ano de 2025, em Saúde o menor indicador foi de crianças menores de sete anos com 74,2% de um total de 2.078 pessoas, cujos registros atualmente são feitos pelos Agentes de Saúde quando em visitas domiciliares. Na área de Educação as taxas de acompanhamento foram 92,9% para crianças de 4 a 5 anos, 97,9% para crianças de 6 a 15 a 90,40% para adolescentes de 16 a 18 anos. Franciele destaca que essas taxas ainda ficaram acima da taxa do acompanhamento nacional. Se referindo aos motivos de não cumprimento de condicionalidade informados pela Educação quando da infrequência escolar foram: Desinteresse/desmotivação pelos estudos, sendo o maior número; a escola não sabe ou não informou o motivo; não identificação adequado do motivo de acordo com uma lista disponível; negligência dos pais ou responsáveis; abandono escolar/desistência; beneficiário sem vínculo de matrícula escolar; viagem com a família por trabalho sazonal/temporário; necessidade de cuidar de familiar (idoso, criança ou PCD); gravidez não identificada com sendo de risco; trabalho informal e situação de rua. Se referindo aos tipos de não cumprimento em Saúde e Educação, a frequência escolar abaixo de 75% foi de 570 crianças de 6 a 15 anos; 230 adolescentes; frequência escolar abaixo de 60% foi de 50 crianças de 4 a 5 anos; vacinação não realizada: 20 crianças; vigilância nutricional não realizada: 4 crianças e 1 mulher por pré-natal não realizado. Franciele apresenta também uma tela que demonstra os territórios nos quais as situações de não cumprimento das condicionalidades acontecem, ficando evidenciado que ocorre em todas as regiões, inclusive no interior. Ela apresenta um extrato da evolução do total de ocorrências desde março até novembro/2025, que bimestralmente é extraído e enviado para os CRAS dos territórios, referente às famílias que não estão cumprindo as condicionalidades, para que cada unidade faça o seu trabalho de proteção social. Percebe-se que o CRAS Pioneiro é o que tem maior demanda, seguido dos CRAS Europa e CRAS Coopagro, tendo havido um crescimento expressivo no mês de setembro. Pedindo um aparte a conselheira Edmara de Souza, representante da Casa de Maria pontua que pelos altos números de condicionalidades no território do Jardim Europa, onde a OSC está instalada, há poucos encaminhamentos pelo CRAS para a OSC, que no seu entendimento, poderia auxiliar no acompanhamento das famílias de forma a diminuir esses não cumprimentos das

condicionalidades. Nessa questão a Secretária Simone cita que um estudo de reavaliação das demandas de cada território está sendo realizado, que deve ter um reflexo a partir do segundo semestre de 2026. Retomando a apresentação, Franciele informa que famílias que estão em não cumprimento de condicionalidades e que estão em uma situação de vulnerabilidade e não conseguem comprovar por documentação ou justificativa, não sendo uma situação pontual e sim uma situação mais grave que demande várias intervenções, elas podem ser colocadas numa interrupção temporária quanto a aplicação dos efeitos de suspensão do benefício, podendo ficar seis meses sem geração de efeitos no benefício, permitindo que haja tempo hábil para a regularização e não ocorra reincidência de não cumprimento. Ela explica também que quando há o bloqueio do benefício por descumprimento de condicionalidades, havendo justificativa é possível apresentar um recurso que será analisado pela gestão do Bolsa Família. Em relação ao número de recursos incluídos no SICON – Sistema de Condicionalidades em 2025, de 41 recursos foram deferidos e 5 indeferidos por não ter uma justificativa plausível. Se referindo à taxa de acompanhamento das unidades de Assistência Social, Franciele apresenta os percentuais do acompanhamento bimestral de 2025 que variaram de 97,18% e 87,50% de janeiro a outubro, tendo em novembro/dezembro baixado para 77,97%, o que se explica em razão da migração de famílias de outros estados, já com efeitos de descumprimento de condicionalidades, as quais não foram inseridas em trabalho social com famílias uma vez que não são emitidas notificações pelo sistema sobre famílias que migraram para o município, sendo uma ação de consulta que passará a ser feita. Franciele ressalta que essas taxas consideram apenas famílias que estão em suspensão e que não estão sendo acompanhadas pela Assistência Social. Com base nas taxas bimestrais, a taxa média anual do município de Toledo foi de 90,2%. Destacando que os dados apresentados foram levantados pela comissão de forma a definir metas de ação para o ano de 2026. Franciele informa que fazem parte da comissão as seguintes pessoas: Maiara de Oliveira Noronha da Secretaria da Saúde, Dan Henrique Mariano, Franciele de Souza e Everton Chaves Maria da Secretaria de Assistência Social. Fazendo referência ao Plano de Ação Intersectorial da Comissão Municipal Intersectorial do Programa Bolsa Família, Franciele passa a relatar e comentar os objetivos e ações do Plano, todos com prazo de execução de um ano, definição dos responsáveis e se a ação utilizará recurso do IGD. Ela informa que anualmente este plano deverá ser apresentado ao CMAS para a sua aprovação e será disponibilizado na página da SMAS no site da Prefeitura de Toledo. A Secretária da SMAS Simone agradece a apresentação e enaltece o trabalho realizado no levantamento dos dados, assim como o trabalho desenvolvido pelo Departamento de Vigilância Socioassistencial. Na condição de Presidente do CMAS Simone coloca em votação o Plano de Ação Intersectorial da Comissão Municipal Intersectorial do Programa Bolsa Família, o qual é aprovado por todos os conselheiros. Seguindo com a pauta, a conselheira Cínthia Regina Brun passa a apresentar o **Item E da pauta – Deliberar pelo Edital 04/2026 que regulamentará o processo de Eleição dos Representantes da Sociedade Civil no CMAS para a Gestão 2026-2028**. Ela inicia lembrando a todos que a atual gestão do CMAS vigora de 2024 a 2026, sendo que a próxima reunião deste Conselho, a ser realizada no dia 06 de maio de 2026 já será com a posse da gestão 2026-2028, com conselheiros que podem ser reconduzidos, mas com a necessidade de ser feito todo o processo eleitoral dos segmentos não governamental, sendo esse processo conduzido pela comissão eleitoral. Em razão disso, ela traz para aprovação dos

277 conselheiros o Edital nº 04/2026 do CMAS que vai regulamentar todo esse processo, com
278 a fundamentação legal com todas as normativas existentes, seguindo a composição
279 prevista na lei municipal do CMAS que na parte governamental prevê que sejam indicados
280 três representantes da Secretaria Municipal de Assistência Social, contemplando
281 preferencialmente representantes da Gestão, Proteção Social Básica e Proteção Social
282 Especial; um representante de cada um dos seguintes órgãos: Secretaria da Educação;
283 Secretaria da Saúde; Secretaria de Desenvolvimento Humano e Social: Infância,
284 Juventude, Pessoa Idosa e Família; Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo;
285 e UNIOESTE – Campus Toledo. Pela sociedade civil, objeto do processo eleitoral, dois
286 representantes titulares e dois representantes suplentes de usuários da Política de
287 Assistência Social; dois representantes titulares e dois representantes suplentes de OSCs
288 prestadoras de serviços de Assistência Social no âmbito da Proteção Social Básica; dois
289 representantes titulares e dois representantes suplentes de OSCs prestadoras de serviços
290 de Assistência Social no âmbito da Proteção Social Especial de média e alta
291 complexidade e dois representantes titulares e dois representantes suplentes de
292 organizações dos trabalhadores do setor da Política de Assistência Social, inclusive
293 sindicatos da área, legalmente constituídos. Se referindo aos documentos para
294 habilitação, Cínthia apresenta o que cada segmento deverá providenciar, cujos anexos e
295 cópias de documentos dos indicados deverão ser encaminhados para o e-mail do CMAS.
296 Com relação às vagas para eleição, o segmento das OSCs executoras de serviços
297 socioassistenciais conta com 04 (quatro) representantes titulares e 04 (quatro)
298 representantes suplentes na composição do CMAS, sendo 02 (dois) representantes
299 titulares e 02 (dois) representantes suplentes para OSCs executoras de serviços de
300 Proteção Social Básica e 02 (dois) representantes titulares e 02 (dois) representantes
301 suplentes para entidades executoras de serviços de Proteção Social Especial (Média e
302 Alta Complexidade, sendo que as representações deverão ser de entidades legalmente
303 constituídas, devidamente inscritas no CMAS, com sede e oferta de serviços no Município
304 de Toledo, lembrando que as OSCs da Política de Assistência Social deverão indicar no
305 mínimo 8 (oito) candidatos para participarem da eleição, razão pela qual já está previsto
306 um prazo de prorrogação para habilitação, caso não haja o número mínimo de candidatos.
307 Com referência ao segmento dos trabalhadores do SUAS, o mesmo conta com 02 (dois)
308 representantes titulares e 02 (dois) representantes suplentes na composição do CMAS. As
309 representações deverão ser de organizações legalmente constituídas em pleno e regular
310 funcionamento, que tenham sede no Município de Toledo e sejam compostas por
311 trabalhadores que atuam no SUAS, sendo que todos os trabalhadores do SUAS poderão
312 votar no foro eleitoral do segmento. As organizações de trabalhadores do SUAS poderão
313 se reunir previamente ao foro de eleição para discutir e organizar-se no que tange a
314 participação no processo de eleição para ocupar as vagas dos trabalhadores do SUAS no
315 CMAS. O segmento dos usuários da Política de Assistência Social conta com 02 (dois)
316 representantes titulares e 02 (dois) representantes suplentes na composição do CMAS,
317 sendo que os equipamentos da Política de Assistência Social deverão indicar no mínimo
318 04 (quatro) candidatos para participar da eleição, sendo considerados eleitores as
319 pessoas vinculadas aos programas, projetos, serviços e benefícios da Política de
320 Assistência Social do âmbito governamental e não governamental, cuja vinculação se
321 confirme através do sistema informatizado da SMAS ou do Cadastro Único para
322 Programas Sociais. Está previsto no Edital que tanto para os segmentos dos

trabalhadores do SUAS como dos usuários do SUAS, havendo mais trabalhadores
candidatos inscritos do que a quantidade de vagas, as vagas serão preenchidas pelos
candidatos mais votados e os demais permanecerão já classificados conforme ordem de
colocação para assumir como representantes do segmento em caso de vacância.
Também está previsto um prazo de prorrogação, caso não se obtenha o número mínimo
necessário de candidatos para o preenchimento das vagas. Se referindo à realização dos
foros de eleição, o Edital prevê que cada eleitor poderá votar uma única vez, sendo
necessária a identificação no formulário de eleição, de dados pessoais como nome
completo e CPF. Na apuração dos votos, será realizado o levantamento dos eleitores, e,
caso se constate nos formulários informações não completas ou que impossibilitem a
identificação do eleitor, o voto será anulado. Caso ocorra mais de um voto por eleitor, os
votos serão anulados. Em caso de empate a classificação será definida dando preferência
ao candidato com maior idade. É previsto a realização de um relatório do processo
eleitoral pela Comissão Organizadora, lavrando-se as ocorrências identificadas ao longo
dos três dias de votação, informações da apuração dos votos e conferência dos critérios
dos eleitores participantes, bem como os seus resultados, permanecendo em arquivo do
CMAS. Cínthia apresenta o cronograma do processo eleitoral, que deverá ter início no dia
06/04/2026 e finalização no dia 29/04/2026 com a publicação do resultado das eleições
dos representantes da Sociedade Civil para composição do CMAS - Gestão 2026-2028.
Após alguns esclarecimentos solicitados pelos presentes, Cínthia informa que o Edital aqui
apresentado, após sua aprovação será encaminhado para publicação no órgão oficial do
Município. Não havendo mais perguntas, a Presidente do CMAS coloca em votação o
Edital 04/2026 que regulamentará o processo de Eleição dos Representantes da
Sociedade Civil no CMAS para a Gestão 2026-2028, sendo aprovado por todos. Passando
ao próximo ao **Item F da pauta – Deliberar pela prorrogação do registro junto ao
CMAS dos Serviços e Entidades do SUAS**, a Presidente Simone informa a todos que
em razão da mudança de gestão e por decisão em reunião da Mesa Diretora deste
Conselho, e em virtude de alguns registros estarem em vias de vencer no mesmo período,
foi definido que as entidades com registros vencendo em maio, junho e julho de 2026
terão seus registros prorrogados por mais 120 (cento e vinte) dias, os quais a Secretária
do CMAS informa quais são: Centro de Revitalização da Terceira Idade Ernesto Dall’Óglio
– CERTI Coopagro; Centro de Referência de Assistência Social – CRAS VI – Itinerante;
Unidade Social São Francisco, Centro Social e Educacional Aldeia Infantil Betesda e Ação
Social São Vicente de Paulo. Em votação, as prorrogações são aprovadas pelos
conselheiros. Pelo **Item G da pauta – Relatos e Deliberações das Comissões de
Trabalho do CMAS**, não há manifestação sobre relatos das comissões de trabalho do
CMAS, pelo que já se dá início aos **INFORMES**. Como informes da SMAS, a Secretária
Simone informa que a gestão da SMAS está em fase de conclusão dos vários processos
das emendas parlamentares, estando os valores em vias de serem liberados no sistema
para que sejam realizados os trâmites formais com as entidades beneficiadas, conforme já
aprovado por este Conselho. Outra informação que a Secretária repassa é a respeito do
ônibus que atenderá os idosos, o qual está em fase de viagens testes de custo distância
dentro do município, devido ter havido uma ocorrência de problemas no elevador de
acessibilidade e no ar condicionado quando da visita da comitiva do Japão, razão pela
qual ainda não há um calendário de viagens já definido. Simone informa que está em
andamento o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) para famílias em vulnerabilidade

369 inscritas no CadÚnico, um programa feito em parceria com a Cozinha Social e o Banco de
370 Alimentos, sugerindo que o calendário das próximas distribuições seja informado aos
371 conselheiros para quem puder acompanhar esse trabalho. Por um aparte, a conselheira
372 Edmara de Souza lembra que neste dia 1º de abril o Banco de Alimentos está
373 completando dois anos de operação, ressaltando a importância do banco na promoção da
374 segurança alimentar, atendendo famílias em situação de vulnerabilidade. Achando
375 oportuno, a conselheira Simone sugere que este Conselho manifeste de modo oficial um
376 agradecimento ao Banco de Alimentos e toda a equipe da Cozinha Social pelo magnífico
377 trabalho realizado nesses dois anos de atuação. A Secretária informa também que a
378 documentação em relação à construção dos CRAS Panorama e Pioneiro foi finalizada,
379 com previsão de homologação do processo licitatório do CRAS IV – Panorama para a
380 segunda quinzena de abril, estando no aguardo da autorização para dar início à licitação
381 do CRAS I – Pioneiro. Simone cita também a construção da Casa da Mulher Paranaense
382 no Jardim Gisela, que está em vias de assinatura do contrato com a construtora, além da
383 construção da Casa Abrigo para Mulheres regionalizada, que logo deve ser licitada,
384 totalizando sete obras que tem vínculos com a Secretaria de Assistência Social, incluindo
385 uma reforma do CERTI Pioneiro. Outra aquisição em fase de licitação é um veículo para
386 uso pela equipe do Cadastro Único, além de dois veículos pelo Fundo da Infância e do
387 Adolescente que serão destinados às Casas Abrigo para troca de frota. Com relação ao
388 CRAS II do Jardim Europa ela informa que o problema nas calhas foi solucionado, no
389 entanto no final de semana anterior houve o furto da fiação elétrica da estrutura onde o
390 CRAS Europa está instalado, já estando sendo tomadas as providências para instalação
391 de câmeras de monitoramento externas. Também está prevista uma reorganização interna
392 das salas do CRAS Europa, com paredes em drywall e isolamento acústico, rampas de
393 acessibilidade e posteriormente a pintura. Não havendo relatos das comissões externas e
394 representações, a Secretária do CMAS passa a relatar os as correspondências expedidas
395 e recebidas: **Correspondências Expedidas:** Ofício nº 008/2026-CMAS datado de
396 16/03/2026 endereçado à Sra. Juliana Maria Spessato, Superintendente do Consórcio
397 Intermunicipal de Assistência Social do Oeste do Paraná – CIASOP e convidando-a para
398 se fazer presente nesta reunião, para trazer informações acerca da implantação da Casa
399 Abrigo Para Mulheres Regional e Ofício nº 009/2026-CMAS datado de 16/03/2026 que
400 solicitou informações quanto à estrutura física do CRAS II – Europa/América, devido a
401 ocorrência expressiva de goteiras e infiltrações na cobertura da edificação, especialmente
402 em períodos de chuva intensa. **Correspondências Recebidas:** Ofício Circular nº
403 003/2026/CEAS/PR datado de 19/03/2026 que solicitou auxílio do CMAS na divulgação
404 acerca do Programa Impulso junto às Entidades com vínculo SUAS e com registro no
405 CMAS; Ofício nº 558/2026-SMAS datado de 19/03/2026 que respondeu ao Ofício nº
406 009/2026-CMAS que solicitou informações acerca das providências adotadas para a
407 resolução dos problemas ocasionados pelas chuvas no CRAS II – Jardim Europa/América
408 e Ofício nº 640/2026-SMAS datado de 31/03/2026 que respondeu ao Ofício nº 005/2026-
409 CMAS que solicitou a revisão do fluxo para a entrega do vale-refeição à população em
410 situação de rua. Considerando ser pertinente dar conhecimento da resposta enviada pela
411 gestão da SMAS ao tema dos vales-refeição para a população em situação de rua, Ana
412 Maria se propõe a fazer a leitura na íntegra do teor do ofício, no entanto a Secretária da
413 SMAS estando presente, ela mesma pede a palavra para relatar aos presentes as
414 informações contidas no ofício. Simone informa ter sido realizada reunião no CREAS II

415 com os trabalhadores do Serviço Especializado em Abordagem Social, com o objetivo de
416 discutir o atual fluxo do atendimento quanto à entrega dos vales-refeição, quando se falou
417 sobre os números de PSRs atendidos. Simone informa que a alternativa de proceder a
418 entrega dos vales num espaço situado ao lado da Secretaria de Segurança junto à Guarda
419 Municipal, que estava obsoleto e sendo uma alternativa como um local mais próximo do
420 CREAS II e do Restaurante Popular do Jardim Gisele, favorecendo o acesso dos usuários
421 ao benefício eventual. Ela ressalta que em nenhum momento houve interrupção na oferta
422 do serviço e que situações mais complexas, como uma mulher com crianças ou idosos, a
423 equipe tem a condição de avaliar a entrega dos vales-refeição no próprio CREAS. Ela
424 informa que antes de se decidir utilizar outro espaço, se buscou local algum espaço de
425 particulares, porém ao se dar conhecimento ao locador sobre qual a finalidade que aquele
426 espaço teria, não houve êxito e, visto não haver outros espaços públicos naquela região,
427 optou-se naquele momento alocar o serviço de entrega dos vales-refeição no espaço ao
428 lado da Guarda Municipal, visando garantir a segurança dos trabalhadores, bem como o
429 direito a segurança de todos os usuários atendidos no CREAS II e comunidade local. A
430 Secretária Simone destaca que naquele momento houve situações de violência no
431 Restaurante Popular, além de situações no entorno de toda a região do CREAS II de
432 abordagens por PSRs a outros públicos, abordagens a crianças e ameaças, havendo uma
433 concentração de pessoas com transtorno mental e alcoolizadas e que fugia do controle do
434 atendimento das equipes do CREAS. Ela relata que em virtude das demandas registradas
435 pela população moradora da região, e quando houve a necessidade de acionar a
436 Segurança para atender situações que fugiram do atendimento de Assistência Social, é
437 que se decidiu passar os atendimentos aos PSRs para o espaço ao lado da Guarda
438 Municipal. Simone traz uma reflexão de que há um ano atrás havia um cenário de
439 população de rua e um cenário de atendimento, a nível de Brasil, tendo já havido uma
440 mudança desse cenário. Ela cita que em Toledo houve também situações críticas
441 registradas na Casa de Passagem, o que levaram a gestão a tomar algumas decisões
442 sem muitas discussões prévias. Simone considera que além da mudança de local para
443 entrega dos vales aos PSRs, mudou também o perfil da população em situação de rua
444 que está em Toledo, visto que com a abordagem pela Guarda Municipal muda também a
445 frequência dessas pessoas na cidade, inclusive pela reformulação do protocolo de
446 atendimento da Casa de Passagem, onde lá permanecem apenas pessoas que realmente
447 aceitam respeitar as regras estabelecidas e que buscam um trabalho e reorganizar suas
448 vidas. Com relação à entrega dos vales em outro espaço, a Secretária informa que desde
449 o ano passado a gestão está buscando encontrar um local para realocar o serviço de
450 Abordagem, tirando do CREAS, em razão deste serviço ter característica diferenciada em
451 relação aos demais serviços de atendimento a mulheres, crianças e idosos vítimas de
452 violência. Simone informa ainda que não se encontrando um novo espaço que melhor
453 atenda às necessidades do serviço e dos usuários, a gestão buscará reorganizar o atual
454 local dentro do pátio da Guarda Municipal, como sendo um espaço da Abordagem, com
455 melhor estrutura. Simone considera que o tema é delicado e está sendo tratado com
456 bastante cuidado e atenção. Pedindo a palavra a conselheira Edmara de Souza, mesmo
457 concordando que o tema é delicado e compreendendo todas as situações que levaram a
458 tirar a entrega dos vales aos PSRs no CREAS II, ela expõe sua preocupação no sentido
459 de que ao fazer o atendimento da entrega dos vales-refeição no espaço ao lado da
460 Guarda Municipal se está segregando esse grupo de pessoas, que não deixam de ser

461 moradores do município de Toledo, e esse assunto não deve ser considerado como
462 sanado, ao que a Secretária Simone reforça que é um tema que tem muito a ser debatido
463 e está na lista de demandas para ser melhor organizado, de forma a conciliar o
464 atendimento digno à população em situação de rua, conforme previsto na Política Nacional
465 para a População em Situação de Rua, observando o princípio da convivência familiar e
466 comunitária. Não havendo **Outros Informes** e nada mais havendo, encerra-se a presente
467 reunião às 11h02m e eu, Ana Maria Krolow, Secretária Executiva do CMAS, encerro a
468 presente ata, a qual será encaminhada para leitura pelos/as conselheiros/as para
469 eventuais alterações, que na próxima reunião ordinária será assinada por mim e pelos
470 demais presentes.